

**cR**

Centro  
de Referência  
Paulo Freire

**Este documento faz parte do acervo  
do Centro de Referência Paulo Freire**

**[acervo.paulofreire.org](http://acervo.paulofreire.org)**



InstitutoPauloFreire

# ESTADO E EDUCAÇÃO POPULAR

## Políticas de Educação de Jovens e Adultos

Moacir Gadotti

Durante os últimos sete anos muitos estudos e experiências práticas têm sido realizadas no Brasil, sobre a contribuição dos movimentos sociais para a formulação de políticas públicas de educação popular. Como afirma Carlos Alberto Torres<sup>1</sup>, os movimentos populares são freqüentemente definidos, no Brasil, como organizações de base, lutando pela extensão da educação para todos e especialmente pela alfabetização e pela educação de adultos.

Esse é o caso do MOVA - SP (Movimento de Alfabetização da Cidade de São Paulo), criado em parceria entre o estado, organizações não-governamentais e movimentos sociais e populares, criado durante a gestão de Luiza Erundina (1989 - 1992). A organização do MOVA-SP foi

estabelecida através de um amplo entendimento entre a administração da Prefeitura de São Paulo e um grande número de movimentos sociais e populares que lutam pela terra, por moradia, pela saúde, por educação, etc. Esses movimentos assinavam convênios com a Secretaria Municipal de Educação, dirigida, na época (1989-1991), pelo educador Paulo Freire.

O enfoque principal deste texto é a articulação entre estado e movimentos sociais, entre o estado e educação popular. Será dada especial atenção à possibilidade de estabelecer alianças (parceria) entre os movimentos sociais e o estado na criação de projetos inovadores e modelos populares de educação de adultos.

## 1. Definição dos termos

Muitas vezes define-se a educação de adultos por aquilo que ela não é. Por isso falamos em educação a-sistemática, não-formal e extra-escolar, expressões que valorizam mais o sistêmico, o formal e o escolar. A educação não-formal, assim entendida, seria menos do que a educação formal, posto que a primeira é concebida como "complementar de", "supletiva de", que não tem valor em si mesma.

O que eu quero mostrar é o outro lado, isto é, o que a educação de adultos é ou pode ser em si mesma. Por isso é necessário começar por uma definição dos termos.

Os termos **educação de adultos**, **educação popular**, **educação não-formal** e **educação comunitária** são usados muitas vezes como sinônimos, mas não são. Os termos educação de adultos e educação não-formal referem-se à mesma área disciplinar, teórica e prática da educação. No entanto, o termo educação de adultos tem sido popularizado especialmente por organizações internacionais como a UNESCO, para referir-se a uma área especializada da educação. A educação **não-formal** tem sido utilizada, especialmente nos Estados Unidos, para referir-se à educação de adultos que se desenvolvem nos países do Terceiro Mundo, geralmente

vinculada a projetos de educação comunitária. Nos Estados Unidos, no entanto, reserva-se o termo **educação de adultos**, para a educação não-formal aplicada ou administrada ao nível local no país.

Existe, no entanto, um grande número de **paradigmas** - isto é, uma combinação de teorias, lógicas de investigação e metodologias de ação - dentro da educação de adultos ou da educação não-formal. Na América Latina, a educação de adultos tem sido, particularmente, a partir da segunda guerra mundial, de âmbito do estado. Pelo contrário, a **educação não-formal** está principalmente vinculada a organizações não-governamentais, partidos políticos, igrejas etc, geralmente organizadas onde o estado se omitiu e muitas vezes organizada em oposição à educação de adultos oficial.

A **educação popular**, como uma concepção geral da educação, via de regra, se opôs à educação de adultos impulsionada pela educação estatal e tem ocupado os espaços que a educação de adultos oficial não levou muito a sério. Um dos princípios originários da educação popular tem sido a criação de uma nova epistemologia baseada no profundo respeito pelo senso comum. Os setores populares, em sua prática cotidiana, problematizam o senso comum, tratam de descobrir a teoria presente na prática

popular, teoria ainda não conhecida pelo povo, incorporando-lhe um raciocínio mais rigoroso, científico e unitário.

Seria ainda preciso distinguir, à maneira de Carlos Rodrigues Brandão<sup>2</sup>, sem separar mecanicamente:

1º - a **educação de classe**, entendida como os processos não-formais de reprodução dos diferentes modos de saber das classes populares;

2º - a **educação popular** como processo sistemático de participação na formação, fortalecimento e instrumentalização das práticas e dos movimentos populares com o objetivo de apoiar a passagem do saber popular ao saber orgânico, ou seja, do saber da comunidade ao saber de classe na comunidade; e

3º - a **educação do sistema** (oficial), isto é, os programas de capacitação de pessoas e grupos populares, sob o controle externo, visando produzir a passagem dos modos populares de saber tradicional para modelos de saber modernizado, segundo os valores dos pólos dominantes da sociedade.

Para Carlos Brandão, a educação do sistema conduz à reprodução do poder dominante. Contudo, depois das análises gramscianas, como assinala Carlos Alberto Torres<sup>3</sup>, a teoria que considerava o **estado** como um comitê de direção da burguesia tem sido contestada.

O estado é contraditório: é força e consenso.

Mesmo para cumprir sua função principal de acumulação do capital, o estado capitalista, para legitimar-se, deve impulsionar mecanismos massivos de participação, especialmente através de eleições periódicas. Deve também prover o mínimo de saúde, educação, seguro-desemprego, moradia etc, de que todos os cidadãos necessitam, e fazem jus, em virtude de sua participação na "res publica". Essas duas funções - de **acumulação** e de **legitimação** - são inerentemente conflituosas, dando lugar a todo tipo de contradições sociais e políticas, e convertendo o próprio estado numa arena de luta de projetos alternativos.

Nesse contexto, os movimentos sociais bem como os partidos progressistas têm identificado a **educação pública** como uma função fundamental do estado capitalista democrático. E, como ele financia e administra essa educação, ela está marcada pelas mesmas contradições sociais acima assinaladas.

Lamentavelmente, a função educativa do estado tem sido entendida, quase exclusivamente, como escolarização, deixando de lado as possibilidades de educação não-formal, especialmente na educação básica (que inclui a alfabetização) de jovens e adultos.

## 2. Educação básica de jovens e adultos

- Por que uma educação básica de jovens e adultos?

Os jovens e adultos trabalhadores lutam para superar suas condições de vida (moradia, saúde, alimentação, transporte, emprego, etc) que estão na raiz do problema do analfabetismo. O desemprego, os baixos salários e as péssimas condições de vida, comprometem o processo de alfabetização dos jovens e dos adultos. Falo de "jovens e adultos" me referindo à "educação de adultos", porque na minha experiência concreta, notei que aqueles que freqüentam os programas de educação de adultos são majoritariamente os jovens trabalhadores.

- O que é o **analfabetismo**?

O analfabetismo é a expressão da pobreza, consequência inevitável de uma estrutura social injusta. Seria ingênuo combatê-lo sem combater suas causas.

- Como?

Conhecendo as condições de vida do analfabeto, sejam elas as condições objetivas, como o salário, o emprego, a moradia, sejam as condições subjetivas, como a história de cada grupo, suas lutas, organização, conhecimento, habilidades, enfim, sua cultura. Mas, conhecendo-as na convivência com ele e não apenas "teoricamente". Não pode ser um conhecimento apenas intelectual, formal.

O sucesso de um programa de educação de jovens e adultos é facilitado quando o educador é do próprio meio.

Um programa de educação de jovens e adultos, por essa razão, não pode ser avaliado apenas pelo seu rigor metodológico, mas pelo impacto gerado na qualidade de vida da população atingida. A educação de jovens e adultos está condicionada às possibilidades de uma transformação real das condições de vida do aluno-trabalhador.

Os programas de educação de jovens e adultos estarão a meio caminho do fracasso se não levarem em conta essas premissas, sobretudo, na formação do educador.

O analfabetismo não é doença ou "erva daninha", como se costumava dizer. É a negação de um direito entre outros direitos. O analfabetismo não é uma questão pedagógica, mas uma questão essencialmente política.

- Quem é o educador de jovens e adultos?

Já dissemos que sendo o educador do próprio meio, isso facilita muito a educação de jovens e adultos. Com tudo, nem sempre isso é possível. É preciso formar educadores provenientes de outros meios não apenas geográficos, mas também sociais.

No mínimo, esses educadores, precisam respeitar as condições culturais do jovem e do adulto analfabeto ou iletrado (aquele que

teve uma pequena experiência escolar). Eles precisam fazer o diagnóstico histórico-econômico do grupo ou comunidade onde irão trabalhar e estabelecer um canal de comunicação entre o saber técnico (erudito) e o saber popular (saber primeiro).

Ler sobre a educação de adultos não é suficiente. É preciso entender, conhecer profundamente, pelo contato direto, a lógica do conhecimento popular, sua estrutura de pensamento em função da qual a alfabetização ou a aquisição de novos conhecimentos tem sentido. Não se pode medir a qualidade da educação de adultos pelos palmos de saber sistematizado que foram assimilados pelos alunos. Ela deve ser medida pela possibilidade que os dominados tiveram de manifestar seu ponto de vista e pela solidariedade que tiver criado entre eles.

Daí a importância da organização coletiva. É preciso criar o interesse e o entusiasmo pela participação: o educador popular é um animador cultural, um articulador, um organizador, um intelectual (no sentido gramsciano). O educador popular não pode ser nem ingênuo e nem espontaneísta. O espontaneísmo - princípio que consiste em ficar esperando que a mudança venha de cima, sem esforço, sem disciplina, sem trabalho - é sempre conservador. O educador popular, no contato

direto com a cultura popular, descobrirá rapidamente a diferença entre o espontaneísmo e a espontaneidade que é uma característica positiva da mentalidade popular.

Como dizia Marx, em seu famoso livro *Crítica ao Programa de Gotha*, supor que o Estado faça isso de forma massiva é uma ingenuidade. Mas isso é perfeitamente possível em pequenos grupos. Construimos o futuro a partir de um lugar, isto quer dizer que é a partir de uma referência local que é possível pensar o nacional o regional e o internacional. Nós, latino-americanos, temos uma longa experiência de regimes autoritários tentando impor uma "identidade nacional", sem levar em conta a mentalidade popular, muitas vezes baseando-se em pressupostos autoritários como o conceito de "segurança nacional".

Conhecemos o mundo, primeiro através dos nossos pais, através do nosso círculo imediato e só depois é que, progressivamente, alargamos nosso universo. O bairro, e, logo em seguida, a cidade, são os principais meios educativos de que dispomos. A cidade é a nossa primeira instância educativa. É ela que nos insere num país e num mundo em constante evolução.

Não se trata de negar o acesso à cultura geral elaborada, que se constitui num importante instrumen-

to de luta popular. Trata-se de não matar a cultura primeira do aluno. Trata-se de incorporar uma abordagem do ensino/aprendizagem que baseia em valores e crenças democráticas e procura fortalecer o pluralismo cultural num mundo cada vez mais interdependente. A educação de adultos deve ser sempre uma educação multicultural, uma educação que desenvolve o conhecimento e a integração na diversidade cultural. É uma educação para a compreensão mútua, contra a exclusão por motivos de raça, sexo, cultura ou outras formas de discriminação. A filosofia primeira na qual o educador de jovens e adultos precisa ser formado, é a filosofia do diálogo, isto é, uma filosofia pluralista.

### 3. Evolução do conceito de educação básica de jovens e adultos

Até a segunda guerra mundial, no plano internacional, a educação popular era concebida como a extensão da educação formal para todos, sobretudo, para os habitantes das periferias urbanas e zonas rurais.

A partir da I Conferência Internacional sobre Educação de Adultos, realizada na Dinamarca (1949), a educação de adultos foi concebida como uma espécie de educação moral. A escola não havia conseguido evitar a barbárie da guerra. Ela não havia dado conta de

formar o homem para a paz. Por isso se fazia necessária uma educação "paralela", fora da escola, cujo objetivo seria contribuir para o respeito aos direitos humanos e a construção de uma paz duradoura, que seria uma educação continuada para jovens e adultos, mesmo depois da escola.

Depois da II Conferência Internacional sobre Educação de Adultos, realizada em Montreal (1963), aparecem dois enfoques distintos: a educação de adultos concebida como uma continuação da educação formal, como **educação permanente**, e, de outro lado, a **educação de base** ou **comunitária**.

Depois da III Conferência Internacional sobre Educação de Adultos realizada em Tóquio (1972), a educação de adultos voltou a ser entendida como suplência da educação fundamental (escola formal). O objetivo da educação de adultos era reintroduzir jovens e adultos, sobretudo os analfabetos, no sistema formal de educação. Em 1985 foi realizada a IV Conferência Internacional sobre Educação de Adultos, na cidade de Paris, que se caracterizou pela **pluralidade de conceitos**. Foram discutidos muitos temas, entre eles: alfabetização de adultos, pós-alfabetização, educação rural, educação familiar, educação da mulher, educação em saúde e nutrição, educação cooperativa,

educação vocacional, educação técnica. Dessa forma, a Conferência de Paris "implodiu" o conceito de educação de adultos.

A Conferência Mundial sobre Educação para Todos, realizada em Jomtien (Tailândia), em 1990, entendeu que a alfabetização de jovens e adultos seria uma primeira etapa da educação básica. Ela consagrou, assim, a idéia de que a alfabetização não pode ser separada da pós-alfabetização, isto é, separada das "necessidades básicas de aprendizagem".

No contexto latino-americano diversas concepções vão surgindo historicamente e se dividindo em múltiplas correntes e tendências que continuam até hoje.

Até os anos 40 a educação de alunos era concebida como uma extensão da escola formal, principalmente para a zona rural. Era entendida como democratização da escola formal.

Na década de 50 a educação de adultos era entendida principalmente como educação de base, como desenvolvimento comunitário.

No final dos anos 50 duas são as tendências mais significativas na educação de adultos: a educação de adultos entendida como educação libertadora, como "conscientização" (Paulo Freire) e a educação de adultos entendida como educação funcional (profissional), isto é, o treinamen-

to de mão-de-obra mais produtiva, útil ao projeto de desenvolvimento nacional dependente.

Na década de 70 essas duas correntes continuam, a primeira entendida basicamente como educação não-formal, alternativa à escola, e a segunda como suplência da educação formal. No Brasil se desenvolve nessa corrente o sistema MOBIL (Movimento Brasileiro de Alfabetização), com princípios opostos aos de Paulo Freire.

Segundo Vanilda Pereira Paiva<sup>4</sup>, no Brasil, até a segunda guerra mundial, a educação de adultos foi integrada à educação chamada popular, isto é, uma educação para o povo, que significava difusão do ensino elementar.

Depois da segunda guerra, seguindo tendências mundiais, a educação de adultos foi concebida basicamente como independente da educação elementar, muitas vezes com objetivos políticos populistas.

A história da educação de adultos propriamente dita, no Brasil, poderia ser dividida em três períodos:

1º - De 1946 a 1958 onde foram realizadas grandes campanhas nacionais de iniciativa oficial, chamadas de "cruzadas", sobretudo para "erradicar o analfabetismo", entendido como uma "chaga", uma doença como a malária. Por isso se falava em "zonas negras de analfabetismo".

2º - De 1958 a 1964. Em

1958 foi realizado o 20 Congresso Nacional de Educação de Adultos, onde participou Paulo Freire. Partiu daí a idéia de um programa permanente de enfrentamento do problema da alfabetização que desembocou no Plano Nacional de Alfabetização de Adultos, dirigido por Paulo Freire e extinto pelo Golpe de Estado de 1964, depois de um ano de funcionamento. A educação de adultos era entendida a partir de uma visão das causas do analfabetismo, como educação de base, articulada como as "reformas de base", defendidas pelo governo popular/populista de João Goulart. Os CPCs (Centros Populares de Cultura), extintos logo depois do golpe militar de 1964 e o MEB (Movimento de Educação de Base), apoiado pela Igreja e que durou até 1969, foram profundamente influenciados por essas idéias.

3º - O governo militar insistia em campanhas como a "Cruzada do ABC" (Ação Básica Cristã) e, posteriormente, com o MOBRL. O MOBRL foi concebido como um sistema que visava basicamente o controle da população (sobretudo a população rural). Em seguida com a "redemocratização" (1985), a "Nova República" extingue o MOBRL sem consultar os seus 300 mil educadores e cria a Fundação Educar, com objetivos mais

democráticos, mas sem os recursos de que o MOBRL dispunha. A educação de jovens e adultos foi, assim, enterrada pela "Nova República" e o auto-dominado "Brasil Novo" (1990), do primeiro presidente eleito depois de 1961, criou o PNAC (Plano Nacional de Alfabetização e Cidadania), apresentado com grande pompa publicitária em 1990 e extinto no ano seguinte sem qualquer explicação para a sociedade civil que o havia apoiado.

Em 1989, com a finalidade de preparar o Ano Internacional de Alfabetização (1990), foi criada no Brasil a Comissão Nacional de Alfabetização, de início coordenada por Paulo Freire depois por José Eustáquio Romão. Ela foi criada com o objetivo de elaborar diretrizes para a formação de políticas de alfabetização a longo prazo que nem sempre são assumidas pelo governo federal.

Explica-se assim o histórico distanciamento entre sociedade civil e estado no Brasil no que se refere aos problemas educacionais. Até hoje existe muita desconfiança em relação às iniciativas do estado, mesmo quando seus dirigentes têm compromisso com o povo.

Luiz Eduardo Wanderley<sup>5</sup> distingue três "orientações" da educação popular no Brasil que podem ser encontradas em outros países da América Latina:

1ª - A educação popular com a **orientação de integração**, uma educação instrumental, entendida como popularização da educação oficial sob a hegemonia das classes dominantes, com o objetivo de consolidar o capitalismo dependente, integrando principalmente o campesinato.

2ª - educação popular com a **orientação nacional-desenvolvimentista** visando a implantação de um capitalismo autônomo, nacional e popular. Seria uma versão brasileira da "educação funcional" (UNESCO). Pretendia-se distribuir os benefícios do progresso social e econômico sem questionar, contudo, a legitimidade social do modelo capitalista dependente.

3ª - a educação popular com a **orientação de libertação** com o objetivo de estimular as potencialidades do povo através da **conscientização**, da capacitação e de ampla participação social. A partir dessa orientação, certos grupos problematizaram e criticaram a ordem capitalista e começaram a exigir mudanças estruturais profundas.

#### 4 Tendências atuais da educação básica de jovens e adultos

Tomando como parâmetro a relação entre estado e educação popular, podemos dividir a educação de adultos, enquanto concepção particular da educação

popular, em duas grandes tendências teórico-práticas:

1ª - A tendência que poderíamos chamar de **maniqueísta**. Essa tendência não admite o estado como parceiro da educação popular. Opõe mecanicamente estado e sociedade civil, o oficial e o alternativo, etc. Para essa tendência, o estado visa sempre a manipulação e a cooptação ao passo que a educação popular visa sempre a participação e a emancipação. Por isso elas seriam inconciliáveis.

2ª - A tendência **integracionista** que propõe a colaboração entre estado, igreja, empresariado, sociedade civil, etc. Essa tendência divide-se em duas vertentes. A vertente que defende a simples extensão da escola das elites para toda a população<sup>6</sup> e outra que defende uma nova qualidade de escola pública, como caráter popular<sup>7</sup>.

Concretamente, o que se nota hoje no Brasil, como observa Carlos Rodrigues Brandão<sup>8</sup>, é:

1º - uma retração do estado e conseqüente ampliação dos setores da sociedade civil;

2º - uma ampliação e diferenciação de programas;

3º - acentuada ampliação dos trabalhos de educação dos menos qualificados;

4º - continuidade das experiências de educação popular de setores de vanguarda da Igreja;

5º - aumento de agências civis de trabalho pedagógico;

6º - aumento de iniciativas populares, como educação sindical, educação política, etc.

Com a **retratação do estado** multiplicaram-se as iniciativas da sociedade civil, sobretudo após a extinção do MOBIL, mas apareceu o problema da **pulverização** dessas iniciativas e da duplicação de esforços que até hoje não foi resolvido, apesar das várias tentativas dos centros de assessoria dos movimentos populares. A criação de uma Central de Movimentos Populares pode ser um caminho de superação desse problema.

Parece-me que hoje o governo está desarmado teórica e praticamente para enfrentar o desafio da educação para todos os brasileiros. Assinou a "Declaração Mundial sobre Educação Para Todos" e o "Plano de Ação para satisfazer as Necessidades Básicas de Aprendizagem", principais documentos da Conferência Mundial sobre Educação para Todos (Jomtien, Tailândia, 1990), mas não demonstra **vontade política** para honrar os compromissos assumidos. Por outro lado, enfrenta o problema da sua legitimidade diante da população pelos escândalos nos quais está envolvido.

Por outro lado, sofremos todos da crise de paradigmas da educação geral, crise exemplificada pelo fracasso da maioria dos programas de alfabetização dos países do Terceiro Mundo.

Segundo a UNESCO<sup>9</sup> o número de analfabetos no mundo tem aumentado: 742 milhões em 1970, 814 milhões em 1980 e 884 milhões em 1990. O Brasil engrossa essas estatísticas com uma gorda contribuição: ainda que a taxa de analfabetismo (em sentido restrito) tenha caído de 26% (1980) para 18,8% (1989), o número de analfabetos (com 15 ou mais anos de idade) aumentou de 1983 até hoje de 17.204.041 para 17.587.580<sup>10</sup>.

Esse fracasso pode ser explicado também por problemas de **concepção pedagógica**.

Alfabetizar não é uma coisa intrinsecamente neutra ou boa; depende do contexto. A alfabetização na cidade e no campo tem conseqüências diferentes para os alfabetizados. A alfabetização por si só não liberta. É um fator somado a outros fatores. E o alfabetizando que aprende a ler e escrever, mas não tem como exercitar-se na leitura e na escrita, regride ao analfabetismo.

Existem também **problemas metodológicos** não resolvidos pela maioria dos programas implantados.

Na verdade, **ninguém alfabetiza ninguém**. O alfabetizador não alfabetiza o aluno. Ele é o mediador entre o aprendiz e a escrita, entre o sujeito e o objeto deste processo de apropriação do conhecimento. Para exercer esta mediação, o professor precisa conhecer o sujeito e o objeto da alfa-

betização. Esta mediação consiste em estruturar atividades que permitam ao alfabetizando agir e pensar sobre a escrita e o mundo. Como dizia Piaget, é o sujeito que constrói o seu próprio conhecimento para se apropriar do conhecimento dos outros.

O aluno adulto não pode ser tratado como uma criança cuja história de vida apenas começa. Ele quer ver a aplicação imediata do que está aprendendo. Ao mesmo tempo apresenta-se temeroso, sente-se ameaçado, precisa ser estimulado, criar auto-estima pois a sua "ignorância" lhe traz tensão, angústia, complexo de inferioridade. Muitas vezes tem vergonha de falar de si, de sua moradia, de sua experiência frustrada da infância, principalmente em relação à escola. É preciso que tudo isso seja verbalizado e analisado. O primeiro direito do alfabetizando é o **direito de se expressar**.

Há muitos anos que a **andragogia**<sup>11</sup> nos tem ensinado que a realidade do adulto é diferente da realidade da criança, mas ainda não incorporamos esse princípio nas nossas metodologias.

Eliminar o analfabetismo em sua origem exige que o **sistema público de ensino** seja capaz de reter o contingente de alunos matriculados no ensino fundamental. É necessário oferecer escola pública para todos, adequada à realidade onde está inserida, para que seja de

qualidade. Neste sentido, ela deve ser democrática pela gestão participativa que integre a comunidade e os movimentos populares na construção e definição de sua identidade. Enfim, ela deve ser autônoma, isto é, cidadã.

### 5- O Movimento de alfabetização da cidade de São Paulo (MOVA-SP)

Dia 1º de janeiro de 1989 um partido popular assumiu, pela primeira vez na sua história, a mais importante cidade do país.

A eleição de Luiza Erundina para governar a maior cidade da América do Sul, com uma proposta clara de inversão de prioridades, possibilitou melhores perspectivas de implantação de instrumentos de **participação popular**. Governar com a participação do povo significa ir contra toda uma tradição centralizadora e excludente do estado brasileiro. Para isso foi preciso operar uma profunda reforma do estado e das instituições políticas do município, introduzindo novos atores no processo decisório, isto é, a população excluída e segregada da metrópole.

Para tornar possível a democratização das decisões foi necessário:

- 1º - respeitar a **autonomia dos movimentos sociais** e de suas organizações;
- 2º - abrir **canais de participação** a partir da nova administração; e
- 3º - muita **transparência**

**administrativa**, isto é, ampla democratização das informações.

A participação popular é um processo efetivo de **educação de adultos**, pois desenvolve e fortalece a consciência da cidadania da população, para que ela assuma o seu papel de sujeito da transformação da cidade. Para isso, o essencial é que a população, organizada ou não, compreenda minimamente o funcionamento da administração, a elaboração do orçamento e as leis que regem a administração pública e também limitam a ação transformadora. Daí não ser possível uma efetiva participação popular sem a democratização das informações. Foi diretriz do governo popular e democrático da cidade de São Paulo "estimular a criação de canais democráticos institucionais, que possibilitem à população se apropriar efetivamente das informações através de um processo educativo, dirigido à produção de decisões sobre a totalidade das problemáticas da cidade"<sup>12</sup>.

Com base nesses pressupostos políticos-pedagógicos é que se implantou o MOVA-SP.

Na esteira da obra de Paulo Freire e na sua primeira administração pública em São Paulo<sup>13</sup>, surgiu por inspiração dele e de um grande educador popular de São Paulo, Pedro Pontual, o MOVA-SP.

Desde o início de 1989,

representantes dos movimentos populares, que já trabalhavam com a alfabetização de adultos, procuravam a Secretaria de Educação para ver que tipo de apoio eles poderiam ter da Prefeitura para ampliar o seu trabalho.

Em abril do mesmo ano foi realizado um simpósio com a participação da Secretaria e dos Movimentos Populares no qual foi criado o "Fórum dos movimentos de alfabetização de adultos da cidade de São Paulo".

A Secretaria de Educação através de convênios com as entidades integrantes do Fórum dos movimentos populares de alfabetização, oferecia os recursos financeiros e técnicos. Cabia ao Fórum, junto com a Secretaria, definir os critérios para celebração de convênios nos quais as entidades conveniadas se responsabilizavam pela criação dos núcleos de alfabetização, locação de salas, material didático e pagamento aos alfabetizadores e supervisores.

A Secretaria oferecia um curso de capacitação inicial de 30 horas, aos alfabetizadores e supervisores, acompanhava o desenvolvimento dos cursos de alfabetização e promovia encontros de alfabetizadores e alfabetizando<sup>14</sup>.

Esse projeto, que teve início efetivo em janeiro de 90, teve grande repercussão tanto na cidade de São Paulo como em outros Estados, em função de sua

proposta de fortalecimento dos movimentos populares sem atrelá-los ao estado. É um dos bons exemplos de parceria entre a sociedade civil e o estado. É evidente que nessas circunstâncias a relação estado-movimento não é sempre harmoniosa. Ela é perpassada por tensões.

O MOVA-SP não impôs uma única orientação metodológica<sup>15</sup> ou, como se costuma dizer, o "Método Paulo Freire". Procurou se manter o pluralismo, só não se aceitando métodos pedagógicos anti-científicos e filosóficos autoritários ou racistas.

Mesmo sem impor nenhuma metodologia, o MOVA sustentou alguns princípios político-pedagógicos<sup>16</sup>, sintetizados numa **concepção libertadora de educação**, que evidencia o papel da educação na construção de um novo projeto histórico, a teoria do conhecimento que parte da prática concreta na construção do saber, o educando como sujeito do conhecimento e a compreensão da alfabetização não apenas como um processo lógico, intelectual, mas também profundamente afetivo e social.

Para que um movimento de alfabetização se constitua num esforço coletivo, é necessário que a experiência seja a fonte primordial do conhecimento. Do contrário ela se reduz apenas a um conhecimento intelectual que não leva à formação crítica de consciência e

nem ao fortalecimento do poder popular, isto é, à criação e ao desenvolvimento das organizações populares.

Para que a entidade fizesse parte do MOVA-SP, bastava estar juridicamente constituída, ter representação no Fórum e atender aos seguintes **critérios**<sup>17</sup>:

1ª - já desenvolver, ou pretender iniciar, trabalhos de alfabetização e de pós-alfabetização com grupos populares sem fins lucrativos;

2ª - que os trabalhos se desenvolvessem dentro da concepção político-pedagógica libertadora, respeitando-se o pluralismo de orientações metodológicas dos próprios movimentos segundo suas áreas de atuação;

3ª - que os educadores tivessem domínio da leitura e da escrita;

4ª - que os educadores populares se comprometessem a participar do processo de formação permanente junto ao coletivo dos educadores do projeto MOVA-SP.

O que foi feito não se confundia com as campanhas de alfabetização. As experiências fracassadas de muitas campanhas de alfabetização na América Latina evidenciou a necessidade de evitar até a palavra "campanha", acentuando-se o caráter de **continuidade** e de permanência do MOVA-SP como movimento e não como campanha.

Até 1992 já haviam sido assinados mais de 90 con-

vênios para formação de classes para alfabetização de jovens e adultos, atingindo mais de 20.000 alunos. Não é muito para uma cidade como São Paulo que tem mais de um milhão de analfabetos. Mas foi uma nova e importante contribuição, associada a outros programas de educação de jovens e adultos da Secretaria Municipal de Educação, como o do **ensino noturno regular** e do **ensino supletivo**.

O que mais interessa hoje aos seus idealizadores e aos movimentos populares que sustentaram o projeto MOVA-SP é que o trabalho desenvolvido e que serviu de exemplo para outras municipalidades, tenha continuidade como parte integrante do sistema municipal de educação.

O MOVA-SP faz parte de uma estratégia de ação cultural voltada para o **resgate da cidadania**: formar governantes, formar pessoas com maior capacidade e autonomia intelectual, multiplicadores de uma ação social libertadora. Para isso o MOVA-SP deu uma grande contribuição, fortalecendo movimentos sociais populares e estabelecendo novas alianças entre sociedade civil e estado.

## 6. Necessidade de novas alianças

Retomo aqui algumas idéias desenvolvidas numa exposição que fiz em La Paz, num Seminário latino-americano

de educação popular em julho de 1990<sup>18</sup>. Defendi a tese de necessidade de construir novas alianças entre a sociedade civil e o estado para enfrentar conjuntamente os problemas educacionais da América Latina, numa perspectiva popular.

O estado, numa democracia, representa, em proporções distintas tanto os setores médios quanto a burguesia e os setores populares. A educação popular promoverá novas alternativas para dialogar no conflito ao postular uma educação estatal vinculada aos movimentos sociais e às organizações não-governamentais. Mas isso só é possível quando o estado é ocupado por partidos políticos que já tenham vinculações efetivas com os movimentos sociais.

Muitas vezes, discute-se a questão "profissionalismo versus voluntariado". Pois bem, na minha experiência eu vejo que é muito difícil, estando no estado, fazer exigências aos voluntários (ao nível do horário, da produtividade etc). Mas, seria ainda mais perigoso se procurássemos transformar voluntários (militantes), em funcionários públicos.

Na experiência do MOVA-SP os voluntários tiveram oportunidade de freqüentar cursos e foram remunerados pelo seu trabalho de alfabetização. É uma maneira de caminhar para a profissionalização sem destruir o compromisso inerente ao

voluntário e ao militante. Os movimentos sociais oferecem seu dinamismo anti-burocrático para contrabalançar as tendências burocráticas que todo aparato administrativo possui, sobretudo quando nunca foi submetido ao controle popular.

É inegável que só o estado pode dar conta do atraso educacional. Nem a sociedade civil, nem a empresa privada tem condições efetivas, técnicas e financeiras, de enfrentar esse enorme desafio. Contudo, o estado, sozinho, também não dará conta. Por isso é necessário construir novas estratégias.

O setor privado, a igreja e os movimentos sociais precisam articular-se com o estado, não como dependentes dele, mas como parceiros, instituindo novas alianças, num **plano estratégico de longo prazo**. A contribuição passageira dada pela sociedade civil nos grandes momentos das "campanhas" é ineficaz. Respostas provisórias e compensatórias à ausência do estado são inúteis. Qualquer mudança radical, mas feita num curto espaço de tempo, está fadada ao fracasso.

O **estado** deve ser o principal articulador, mas não o articulador exclusivo. É preciso um planejamento que compreenda a integração entre as várias esferas de poder, de modo que possam dar conta do conjunto complexo de problemas concernentes à universaliza-

ção da educação básica. É evidente que a dimensão desses problemas extrapola, em muito, as atribuições dos órgãos responsáveis pela educação.

A **sociedade civil** cabe, principalmente, o papel de contribuir na elaboração e fiscalização das políticas educacionais, bem como na gestão dos órgãos responsáveis por sua aplicação. Mas não só; cabe também, em parceria com o estado, participar do esforço coletivo para a superação do atraso educacional.

As condições políticas e sociais da década de noventa não são as que possibilitaram a educação da década de cinquenta na América Latina e em particular no Brasil. Naquela época a América Latina estava dominada por governos autoritários. Não é de se estranhar que a educação de adultos fosse concebida sempre como "alternativa" à educação oferecida pelo estado.

A educação popular nasceu na América Latina no terreno fértil das **utopias de independência**, autonomia e libertação, que propunham um modelo de desenvolvimento baseado na justiça social. Para esse modelo de educação popular a conquista do estado era fundamental. Porém esse processo foi interrompido pela brutal intervenção militarista e autoritária. A educação popular refugiou-se, então, nas organizações não-governamentais e, alguns casos, na clandesti-

nidade.

Passado esse vendaval autoritário (embora não estejamos a salvo de novas tormentas), há maiores possibilidades de colaboração (parceria) com o estado. Na crise da educação popular na América Latina hoje, muitos educadores populares encontram saída no interior do estado capitalista, abrindo espaço para construção da **educação pública popular**, procurando tornar popular a educação oferecida pelo estado. Essa é uma alternativa possível.

A grande utopia da educação popular dos anos 50 visava à conquista do estado e a mudança radical da política econômica e social. Hoje, o que assistimos é a educação popular dispersando-se em milhares de pequenas experiências, perdendo aquela grande **unidade teórica**, mas ganhando em **diversidade**.

Esses **pequenos grupos e movimentos** são as verdadeiras forças instituintes da nova sociedade, lutando em múltiplos campos: luta pela terra, direitos civis, direitos humanos, alfabetização, lutas das mulheres, luta dos que tratam de reconstruir as raízes africanas de suas culturas, novos movimentos vinculados à religiosidade popular, movimentos ecológicos, de produção associada, por moradia, de meninos e meninas de rua etc. Esses numerosos movimentos, trazem no seu bojo uma nova concepção da educa-

ção popular e do estado.

Os movimentos populares dos anos 60 e 70 viam o estado como organizador do bem estar social e a questão era pressioná-lo na medida suficiente e oportuna para obter dele as demandas. Hoje, a nova visão do estado baseia-se na idéia de construir novas alianças em que eles não querem apenas receber os benefícios sociais, mas participar como sócios, parceiros na definição das políticas públicas e da inversão de prioridades. Antes os movimentos populares tinham um caráter **revolucionário** ou **reivindicativo**. Hoje eles são predominantemente **programáticos**.

A educação popular - e a educação de adultos como parte daquela - tem a seu favor o surgimento das novas forças do **poder local democrático** e também a presença nos aparatos burocráticos estatais de antigos militantes ou simpatizantes do movimento de educação popular. Mas tem sobretudo uma nova arma teórica, que nasceu na prática da organização popular, para enfrentar os novos desafios desse final de século. A luta contra o analfabetismo tem a marca das organizações não-governamentais e dos movimentos populares. O diálogo, a parceria, entre esses e o estado é essencial, se se quiser com sucesso, enfrentar esse desafio, que é, ao mesmo tempo, internacional e histórico.

## NOTAS

1. Carlos Alberto Torres. *The State, Social Movements, and Educational Policies in Latin America: A Study of Municipal Policies in São Paulo, Brazil*. UCLA, Los Angeles, Research Plan, 1992. Veja-se também desse autor *A política da educação não-formal da América Latina*. São Paulo, Paz e Terra, 1992.
2. Carlos Rodrigues Brandão. *Saber e Ensinar: três estudos de educação popular*. Campinas, Papirus, 1984, p. 181.
3. Moacir Gadotti e Carlos Alberto Torres. *Estado e educação popular na América Latina*. Campinas, Papirus, 1992.
4. Vanilda Pereira Paiva. *Educação popular e educação de adultos*. São Paulo, Loyola, 1970.
5. Luiz Eduardo Wanderley. "Apontamentos sobre educação popular. In: Edênio Valle e José J. Queiróz (org.). *A cultura do povo*. São Paulo, Cortez, 3ª edição, 1985, pp. 58 - 79.
6. "Tornar a escola "popular" não implica torná-la substancialmente diferente da escola das elites; é esta escola que as classes populares querem arrancar do estado, submetendo-a à sua crítica sem deteriorar sua qualidade nem abdicar do seu conteúdo" (Vanilda Pereira Paiva, *Educação popular e educação de adultos*. São Paulo, Loyola, 1970, p. 39).
7. Ana Maria Duarte. *Educação popular na escola pública*. São Paulo, Cortez, 1992.
8. Carlos Rodrigues Brandão. "Educação alternativa na sociedade autoritária". In: Vanilda Pereira Paiva (org.). *Perspectivas e dilemas da educação popular*. Rio de Janeiro, Graal, 1984, pp. 196-197.
9. UNESCO. "Réflection sur le développement futur de l'éducation". In: *Perspectives*, órgão da UNESCO, n.º 49, p. 59.
10. Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, IBGE, 1988.
11. Pierre Furter. *Educação permanente e desenvolvimento cultural*. Petrópolis, Vozes, 1974.
12. Prefeitura do Município de São Paulo. *Projeto integrado de educação popular: seminário intersecretarial de participação popular*. São Paulo, 12 de junho de 1990, p. 2 (mimeo).
13. Veja-se "Paulo Freire como administrador público", prefácio de Moacir Gadotti e Carlos Alberto Torres do livro de Paulo Freire sobre sua gestão *Secretaria de Educação do Município de São Paulo: A educação na cidade*, São Paulo, Cortez, 1991.
14. Em dezembro de 1990, Ano Internacional da Alfabetização, o primeiro Congresso dos Alfabetizando da Cidade de São Paulo, promovido pela Secretaria Municipal de Educação, reuniu mais de 5000 alfabetizando, num evento único na história da educação de jovens e adultos.
15. Maria José Vale Ferreira. *Reflexões sobre o processo metodológico de alfabetização*. São Paulo, MOVA-SP, Caderno n.º 3, Secretaria Municipal de Educação, julho de 1990.
16. Maria José Vale Ferreira. *Princípios políticos pedagógicos do MOVA-SP*. São Paulo, MOVA-SP, Caderno n.º 2, Secretaria Municipal de Educação, abril de 1990.
17. MOVA-SP: *Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos da Cidade de São Paulo*. São Paulo, MOVA-SP, Caderno n.º 1, Secretaria Municipal de Educação, outubro de 1989.
18. "Seminário-Taller sobre Educación Popular en América Latina y el Caribe". La Paz, Bolívia, 9 a 14 de julho de 1990. Vide *Educación popular en América Latina: crítica y perspectivas*. La Haya, CESO, 1991.

*Moacir Gadotti é professor titular da Universidade de São Paulo. Foi chefe de Gabinete de Paulo Freire, na Secretaria Municipal de Educação de São Paulo e coordenador geral do MOVA-SP. Autor entre outros livros de Estado e Educação Popular na América Latina (Campinas, Papirus, 1992) e Educação Popular: utopia latino-americana (São Paulo, Edusp/Cortez, 1993), ambos em co-autoria com Carlos Alberto Torres.*

*Esse texto é a versão revisada de uma conferência feita nas Nações Unidas (New York), dia 5 de agosto de 1992, por ocasião da conferência sobre alfabetização de adultos organizada pela UNESCO com o título: ADULT LITERACY: AN INTERNATIONAL URBAN PERSPECTIVE.*